



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 171440 - PR (2020/0074668-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA DE GUAÍRA - SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA DE ITUMBIARA - SJ/GO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : LECIO BORGES CALEGARI
ADVOGADO : MARCELO SOARES DA COSTA - GO034131

DECISÃO

Trata-se de conflito positivo de competência instaurado entre o **Juízo Federal da 1ª Vara de Guaíra - SJ/PR**, suscitante, e o **Juízo Federal da 1ª Vara de Itumbiara - SJ/GO**, suscitado.

Cingem-se os autos à definição da competência para a execução das penas restritivas de direitos impostas ao sentenciado Lecio Borges Calegari, ora interessado.

Discute-se, no presente incidente, se a competência é do Juízo do local do domicílio do apenado ou do Juízo responsável pela condenação.

O Ministério Público Federal ofertou parecer pelo conhecimento do conflito para declarar competente o Juízo suscitante.

É o relatório.

Decido.

Cumpre registrar, inicialmente, que este conflito positivo de competência deve ser conhecido, porquanto se trata de incidente estabelecido entre juízes vinculados a tribunais diversos, nos termos do art. 105, I, "d", da Constituição Federal, razão pela qual passo ao seu exame.

Há muito se firmou jurisprudência nesta Corte Superior acerca do tema, consolidando o entendimento de que, nas penas restritivas de direito, a competência para a execução penal cabe ao Juízo da condenação, sendo deprecada ao Juízo do domicílio do apenado somente a supervisão e acompanhamento do cumprimento da pena determinada, inexistindo deslocamento de competência.

Nesse sentido:

"PENAL E PROCESSO PENAL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. 1. EXECUÇÃO PENAL. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. APENADO COM RESIDÊNCIA EM COMARCA DIVERSA. EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA. NÃO MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL. 2. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE.

1. Conquanto seja possível alterar a competência do juízo para a execução e fiscalização da pena, nas hipóteses em que houver a transferência legal do preso, o simples fato de o apenado ter informado que possui residência em comarca diversa não constitui causa legal de deslocamento da competência do Juízo da Execução Penal. Nada obsta, outrossim, que o Juízo determine a expedição de carta precatória àquela localidade para supervisão do desconto da reprimenda.

2. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo Federal da 3ª Vara Criminal de Cachoeiro de Itapemirm - SJ/ES, o suscitante, determinando, outrossim, ao Juízo de Direito da 2ª Vara de Guaçuí o cumprimento da carta precatória expedida pelo Juízo competente.

(CC 140.754/ES, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10/06/2015, DJe 22/06/2015)"

"CRIMINAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RÉU CONDENADO PELO JUÍZO FEDERAL. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE SUBSTITUÍDA POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE. EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA À COMARCA DE DOMICÍLIO DO APENADO, PARA FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA PENA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

I. Esta Corte possui entendimento firmado no sentido de que a competência para a execução penal cabe ao Juízo da condenação, sendo deprecada ao Juízo do domicílio do apenado somente a supervisão e acompanhamento do cumprimento da pena determinada, inexistindo deslocamento de competência. Precedentes.

II. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo o Juízo de Direito da Comarca de Ascurra/SC, o Suscitado.

(CC 113.112/SC, Rel. Ministro GILSON DIPP, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 09/11/2011, DJe 17/11/2011)"

No caso concreto, portanto, a competência permanece com o Juízo responsável pela condenação (Guaíra/PR), sendo somente deprecada ao Juízo do domicílio do sentenciado (Itumbiara/GO) a fiscalização do cumprimento das penas.

Ante o exposto, **conheço** do conflito para declarar competente o Juízo Federal da 1ª Vara de Guaíra - SJ/PR, ora suscitante, sendo deprecado ao Juízo suscitado os atos atinentes à fiscalização das penas aplicadas.

Comunique-se. Publique-se.

Cientifique-se ao Ministério Público Federal e, oportunamente, encaminhem-se os autos ao Juízo competente.

Brasília, 01 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator